

A. I. Nº - 089598.1202/01-0

AUTUADO - DISNEB DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA.

AUTUANTES - MARIA CRISTINA MASCARENHAS DE SOUSA ANDRADE e ROBERTO BASTOS OLIVEIRA

ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUIST

INTERNETE - 02.05.01

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0145-01/02

EMENTA: ICMS. ALÍQUOTA. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. IMPOSTO DESTACADO A MENOS. Os bens são destinados a uma locadora de veículos, que é dispensada de ter inscrição estadual. O emitente da Nota Fiscal, estabelecido no Estado de São Paulo, calculou o imposto pela alíquota de 7%, infringindo, assim, a legislação daquele Estado, haja vista que, nas saídas interestaduais de mercadorias destinadas a não contribuintes, a alíquota é a prevista para as operações internas. Não houve, porém, nenhuma infração à legislação baiana. Se alguma diferença há a ser cobrada, ela é devida ao Estado de São Paulo. Somente é devido imposto quando ocorre o fato gerador. O fato gerador do ICMS considera-se ocorrido no local onde se dá a saída da mercadoria do estabelecimento do contribuinte, real ou simbolicamente. A saída não se verificou na Bahia. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 13/12/2001, acusa o destaque de ICMS efetuado a menos em documento fiscal, devido a erro na aplicação da alíquota, entendendo a fiscalização que, não sendo o destinatário contribuinte do imposto, deveria receber as mercadorias com a alíquota de consumidor do Estado de origem. Imposto exigido: R\$ 219,99. Multa: 60%.

O autuado apresentou defesa dizendo-se indignado com a autuação, argumentando que o imposto nesse caso deveria ser cobrado pelo Estado de São Paulo, e não pela Bahia. Reclama que a empresa adquirente está sendo lesada com danos de difícil reparo, pela falta das mercadorias, pois se trata de uma locadora de veículos, necessitando com urgência de proceder à manutenção dos veículos. Pede o arquivamento do Auto de Infração.

Foi prestada informação fiscal, contrapondo-se que a empresa antes tinha inscrição, a qual foi baixada, e como foi flagrada fazendo compras, não tendo apresentado qualquer prova na defesa que possa comprovar que atualmente exerce a atividade comercial alegada, presume-se que as mercadorias são destinadas a revenda, decorrendo daí a obrigatoriedade da antecipação do ICMS. A informante propõe a manutenção da exigência fiscal.

VOTO

O destinatário dos bens apreendidos é uma locadora de veículos. Na condição de empresa locadora, não precisa – e não deve – ter inscrição estadual. Somente deve inscrever-se no cadastro

estadual quem é contribuinte do ICMS. Para uma locadora de veículos, os bens em questão não são “mercadorias”, pois não se destinam a atos de comércio.

O emitente da Nota Fiscal (que é o autuado), estabelecido no Estado de São Paulo, deixou em branco o campo reservado à indicação da inscrição estadual, o que está absolutamente correto. O seu erro consistiu em calcular o imposto pela alíquota de 7%. Isso, contudo, constitui infração à legislação do Estado de São Paulo, haja vista que, nas saídas interestaduais de mercadorias destinadas a não contribuintes, a alíquota é a prevista para as operações internas naquele Estado. Não houve, porém, nenhuma infração à legislação baiana. Se alguma diferença há a ser cobrada, ela é devida ao Estado de São Paulo. Somente é devido imposto quando ocorre o fato gerador. O fato gerador do ICMS considera-se ocorrido no local onde se dá a saída da mercadoria do estabelecimento do contribuinte, real ou simbolicamente.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **089598.1202/01-0**, lavrado contra **DISNEB DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de abril de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA